

**ELEMENTOS DE COERÊNCIA ÉTICO-POLÍTICA EM PAULO FREIRE:
implicações para o currículo**

Itamar Mendes da Silva (UFES) – imendess1@uol.com.br

Resumo

Este trabalho pretende oferecer contribuições teóricas e vivenciais à reflexão acerca da coerência ético-política presente na obra e na prática de Paulo Freire como Secretário de Educação e como professor que pode ser acompanhada pelo autor deste texto como colaborador e depois como aluno. Caracteriza-se, pode-se dizer, como um depoimento reflexivo sobre a obra freireana e a inspiração por ela provocada nos processos de mudanças educacionais e sociais empreendidos, principalmente, nas periferias urbanas brasileiras e pelo mundo afora.

Palavras-chaves: Obra de Paulo Freire; Currículo; Ética; Política

Elements of coherence ethical policy in Paulo Freire: implications for the curriculum

Abstract

This paper aims to provide theoretical and experiential contributions to the discussion about the ethical and political coherence in the thinking and in the practice of Paulo Freire as a teacher and as Secretary of Education, which may be accompanied by the author as a contributor and, after, as a student. We could say that the paper is a reflexive testimony about Freire's production and the inspiration it provoked in the process of educational and social changes undertaken, especially, in Brazilian conurbations, as well as worldwide.

Keywords: Paulo Freire's production; Curriculum; Ethics; Policies

É verdade que, sem liderança, sem disciplina, sem ordem, sem decisão, sem objetivos, sem tarefas a cumprir e contas a prestar, não há organização e, sem esta, se dilui a ação revolucionária. Nada disso, contudo, justifica o manejo das massas populares, a sua 'coisificação'.
(FREIRE, 1987, p.177)

Debates em Educação

O texto que segue se caracteriza mais como um depoimento reflexivo sobre a obra freireana e a inspiração por ela provocada nos processos de mudanças educacionais e sociais empreendidos, principalmente, nas periferias urbanas brasileiras e pelo mundo afora.

Refletir sobre a obra freireana pressupõe dizer do professor Paulo Freire, de sua pessoa e obra, pois são coisas indissociáveis, e é para mim tarefa difícil que faço apenas pela terceira vez após a sua morte em 02/05/1997. Na primeira oportunidade tive a responsabilidade de fazer a conferência de abertura do V Fórum de Educação Popular do Oeste Paulista, atendendo pedido de Nita que não pode honrar o compromisso em virtude de problemas de saúde. Na segunda oportunidade falei sobre Paulo Freire e a extensão universitária na PUC-Campinas, Instituição que o teve privilégio de sua presença e contribuição durante alguns anos da década de 1980.

Discutir a obra freireana sem falar do homem retira não só o contexto, mas a vivacidade e a pujança de seu pensamento filosófico-educacional¹. Se referir a Paulo Freire significa considerar sua **coerência ético-política** em prol dos oprimidos² bem como seu empenho para viver segundo os princípios professados. Ainda, é possível perceber o despreendimento com que fala de suas lutas interiores e das dificuldades enfrentadas para superá-las. Mais que o teórico é o homem que se deixa ver:

(...) me sentia demasiado incômodo vivendo a incoerência entre falar e escrever em torno de uma pedagogia crítica, libertadora, que defende o exercício da decisão enquanto posição do sujeito e não a postura acomodada de puro objeto e a minha submissão total ao cigarro. Em certo momento passou a ser difícil conviver com o conhecimento de quanto o fumo me estava prejudicando sem que me rebelasse contra ele. A raiva do fumo e a raiva de mim mesmo por tanta complacência que tivera com ele fortaleceram a minha vontade. Decidi, então. Parei de fumar para sempre. (FREIRE, 2000, p. 46).

1 Expressão utilizada por Habermas em visita ao Brasil, aliás, o afirma como grande Filósofo da Educação do Século XX.

2 Quando utilizar a expressão oprimidos estarei considerando todas as pessoas, independente do gênero. Em alguns momentos utilizarei expressões com a designação de masculino e feminino como se pode encontrar na escrita freireana.

Debates em Educação

Embora Paulo Freire seja único e incomparável ele próprio sempre nos encorajou a recriá-lo e à sua obra dizendo que não queria seguidores/as, mas continuadores/as da luta pela justiça, liberdade, igualdade, beleza e amor dentre outras coisas importantes. Assim, ao nos referirmos a Ele e à sua obra também dizemos de nós mesmos enquanto partícipes de processos de libertação e/ou como intelectuais que se tornam orgânicos aos oprimidos e, desta forma, quero começar esta quase-conversa com algo que não é comum aos textos científicos: minha experiência com a obra e com o próprio professor, como o chamávamos em público e por vezes também em particular, pois acho importante que todos/as possam saber o lugar de onde escrevo. Tendo a presunçosamente acreditar que Paulo Freire aprovaria minha ousadia, pois também não era comum e não gostava do lugar comum.

Foi na Comunidade Eclesial de Base (CEB) do Parque Planalto, no Bairro Grajaú, periferia da cidade de São Paulo que tive meu primeiro contato com a obra freireana. Transcorria o ano de 1977 e, ainda adolescente, compunha as lutas por melhorias nas condições de vida do Bairro (água tratada, iluminação pública, asfalto, regularização de loteamentos). A igreja vivia e se organizava, principalmente nas CEBs, sob a égide da Teologia da Libertação e apoiava os pobres em suas lutas, pois fizera opção preferencial por estes setores sociais.

Ouvi falar de um extraordinário brasileiro exilado pelos militares por defender que o povo excluído fosse educado e pudesse, a partir daí, compreender o mundo e mudá-lo, se preciso fosse. O educador desenvolvera uma Pedagogia dos Oprimidos que usava o conhecimento e a organização como instrumentos da luta de libertação dos oprimidos e a ferramenta básica para o início do processo era o domínio da leitura do mundo e da palavra e da escrita por meio de um método que alfabetizava adultos em pouco tempo. Na CEB em que participava de movimentos sociais e religiosos iríamos montar classes de alfabetização no período noturno. Fiquei entusiasmado e apoiei a idéia, até convidando pessoas para estudar. Neste momento tomei contato com uma apostila que buscava sintetizar as principais idéias de Paulo Freire. Resolvi que ensinar as pessoas e ajudá-las a se libertarem da opressão era coisa muito boa,

Debates em Educação

uma prática cristã desejável. Assim, desde então me engajei em trabalhos educacionais e, posteriormente, decidi seguir a carreira do magistério.

Reconhecendo o papel revolucionário do conhecimento, especialmente para os oprimidos, encontrei motivação e resolvi avançar nos estudos, enquanto trabalhava de 9 a 10 horas diárias numa metalúrgica. Terminado o curso secundário iniciei os estudos de Pedagogia e durante o curso atuei como Monitor de História da Educação da então Prof^a Ana Maria Araújo Hasche, uma entusiasta da teoria freireana que posteriormente se tornaria sua segunda esposa – Nita. Formado em Pedagogia iniciei, em 1986, no Magistério Público Oficial do Estado de São Paulo, onde permaneci até 1997. Em 1988 passei a acumular o trabalho na rede pública com a rede privada como professor e Orientador Educacional.

Foi nesta época que recebi um pedido muito especial da Prof^a Nita Freire, feito com cuidado e até cerimônia e utilizando uma professora amiga comum³ como intermediária: dirigir o carro do professor Paulo Freire entre São Paulo e Campinas às terças feiras, quando Ele lecionava na pós-graduação da UNICAMP⁴. Aceitei com gosto e anuência do diretor da escola em que atuava como orientador educacional, prof. Celso Vasconcelos, que aceitou remanejar meu horário para que pudesse atender ao pedido de Nita. Nas idas à Campinas conversávamos bastante e eu podia participar de suas aulas, que funcionavam como seminários de pesquisa sobre educação em redes públicas e congregava mestrandos/as, doutorandos/as e educadores/as de variadas origens, inclusive secretários/as de educação de prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores – PT. Não exagero se afirmar que parte significativa das propostas educacionais do PT saiu daqueles seminários⁵.

3 Falo de Olgair Gomes Garcia, mestra e amiga querida.

4 O Professor Paulo Freire nunca aprendeu a dirigir. Segundo me disse certa vez antes do exílio não tinha condições de adquirir automóvel, no exílio sempre morou muito perto do trabalho e em lugares de transporte público eficiente.

5 Paulo Freire foi um dos fundadores do PT em 1980.

Debates em Educação

Numa destas viagens fomos conversando sobre os fatos ocorridos na China, quando estudantes “desarmados” enfrentaram tanques de guerra na Praça da Paz Celestial, em Pequim. O Professor quis saber se eu lera artigo seu e de Marilena Chauí, publicado nos jornais “Folha de São Paulo” e “Estado de São Paulo” naquela manhã. Como minha resposta foi negativa passamos a conversar sobre o assunto e pude constatar que a sua opção ético-política pelos oprimidos tinha uma componente de radicalidade democrática, quando mesmo sendo simpático (já conversáramos sobre isto em outra ocasião de viagem) à revolução cultural Chinesa e ao pensamento de Mao Tse Tung, se coloca como defensor dos/as estudantes.

Tentei argumentar afirmando que os/as estudantes e as informações poderiam estar sendo manipuladas pelos Estados Unidos e até que poderiam ser contra-revolucionários. Mas, Paulo Freire manteve-se irredutível afirmando que a libertação se constrói no cotidiano e que não se podem esperar as contradições terminarem para que a liberdade vigore, senão a luta e a transformação revolucionárias passam a assemelham-se à promessa durante muito tempo feita aos pobres de que no céu serão libertos/as e felizes. Também usou como exemplo as relações de gênero e terminou dizendo que nenhum/a professor/a se deita tradicional e acorda progressista. Assim, um regime que se propunha libertário, anunciava e defendia o sonho socialista e vinha sendo construído desde 1948 deveria ter avançado mais no quesito democracia, pois o socialismo é a democracia levada às últimas conseqüências. Longe de serem perigosos ao sistema os estudantes representavam a busca pela retomada do sonho socialista que se faz cotidianamente:

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se (...). Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança (...). (FREIRE, 1992, p. 91-2).

A lição aprendida naquela manhã de terça-feira mudou minha trajetória de educador e minha presença militante no mundo. Ao final do semestre convidou-me para compor sua equipe na Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo e eu

Debates em Educação

que recusara outros convites para trabalhar naquele mesmo governo não pude recusar este, mesmo com ônus financeiro, pois iria trabalhar com o mestre. Lembro que estava de casamento marcado a aquela que viria a ser minha esposa, Kátia, com desprendimento apoiou integralmente a idéia. Transcorria o ano de 1989 e Luiza Erundina, à época no Partido dos Trabalhadores, havia ganhado a eleição para a prefeitura da Cidade de São Paulo e o Professor assumira o Cargo de Secretário da Educação.

Atuando sob a coordenação da Prof^a Ana Maria Saul e com responsabilidades no Programa de Reorientação Curricular pela Via da Interdisciplinaridade descobri como fazia sentido sua proposta filosófico-educacional e como a radicalidade de sua luta em prol dos oprimidos se fazia com eles/as – os oprimidos – e não para eles/as. Tal constatação ficava clara em suas propostas para a educação paulistana: Democratização do Acesso; Democratização da Gestão; Qualidade de Ensino; Educação de Jovens e Adultos.

Seu comprometimento ético-político com os oprimidos se apresenta, então, como processo de resgate de direitos inerentes à pessoa humana e à vida em sociedade. Pretende em primeiro fazer que o conhecimento não seja privilégio de poucos e nem se destine apenas aos/as bem nascidos/as. Acrescenta que o ensino sério, crítico e comprometido com a libertação se faz com rigor e a decisão ética de “a favor de quem” se faz ciência ou se ensina: essa a face política da educação. A mim parece que as implicações para a organização do currículo ficam evidentes.

Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. É trabalhar a genuinidade desta luta e a possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra a força da ideologia fatalista dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores. É defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra. (FREIRE, 2000, p. 43).

Debates em Educação

Importante lembrar em primeiro lugar que nos diálogos mantidos com as equipes da SME e documentos construídos em sua gestão já defende as idéias aqui apresentadas e extraídas da obra *Pedagogia da Indignação*, publicada após sua morte. Em segundo lugar que sua concepção de currículo é de instrumento vivo em constante processo de criação e recriação que abarca a organização de todo o fazer da escola, ou seja, todas suas decisões e ações: o pensado/planejado, o realizado, o avaliado e também o que não se diz nem se assume.

Voltando a discutir as diretrizes que propôs para a rede de escolas da maior cidade brasileira lembremos que o País vivia então os primeiros anos de seu processo de redemocratização e ainda não conseguira eleger diretamente seu presidente. Falar em democratizar o acesso à educação nesse contexto é expressão de “crença” no futuro e de esperança militante. Afirma o papel estratégico da educação: “a educação sozinha não muda o mundo, mas sem ela o mundo não muda” e o Brasil não se tornará mais justo nem seu povo mais feliz. Assim, para construirmos efetivamente uma sociedade democrática todos/as os/as “meninos/as populares” devem estar na escola e poder ascender aos mais altos níveis científicos que suas capacidades individuais e desejo lhes possam fazer alcançarem. Algumas destas idéias vicejaram o que deixa clara a justeza de seu fazer político-pedagógico e pedagógico-político (FREIRE, 2000). Hoje sob o governo popular de Lula – do partido que Paulo Freire ajudou afundar – se chega a mais ou menos 98% de atendimento na escola fundamental, crescem números e percentuais de atendimentos na Educação Infantil e Ensino Médio e se têm programas de ampliação universal das vagas nas Universidades Federais e de atendimento aos mais pobres em universidades e faculdades privadas como o PROUNI.

Importante lembrar que em 1989 havia pouco do término da ditadura militar, iniciada pelo golpe de 1964, que se caracteriza como regime autoritário civil-militar e ao cercear as liberdades individuais e disseminar a desconfiança e o medo impõe práticas autoritárias ao conjunto das instituições brasileiras, dentre elas a escola. Assim, ter compromisso e coerência ético-política radicalmente democrática significa

Debates em Educação

também no hoje da história lutar pela democratização da Gestão das Escolas que pode torná-las progressivamente democráticas. Essa luta continua!

Com a Democratização da Gestão afirma o rompimento com o histórico autoritarismo excludente presente nos processos de gestão administrativa e pedagógica da educação escolar que havia dado contornos à “educação bancária” que critica (SILVA, 1995). Também que construir o novo passa por entender, criticar e superar o velho. E, o processo de superação não se destina a jogar o velho fora, mas a incorporar e fazer permanecer o que de valioso existe, vez que o “inérito viável” se faz a partir do existente. Foi assim que não quis implantar na rede de escolas municipais da cidade de São Paulo um novo regimento saído de sua cabeça ou de “meia dúzia” de técnicos/as, mas possibilitar a vivência e a prática de um regimento construído anos antes recolhendo sugestões da rede e que não havia sido colocado em prática por ação do autoritarismo de Jânio Quadros⁶. A mensagem político-pedagógica com fortes repercussões éticas para organização curricular é que o processo de construção da escola democrática se faz cotidiana e coerentemente na ação-reflexão-ação. Também que a educação é obra de Estado e indispensável à Nação, assim não é possível se começar de novo como se nada houvesse acontecido antes, como se não houvesse história naquela rede, naquela cidade. Paulo Freire coloca fim à política de terra arrasada que, à época, era comum entre os administradores/as públicos/as da educação. Considera que como os/as educandos/as têm conhecimento e história que o/a professor/a deve considerar ao decidir o que e como ensinar – ao compor o currículo –, as redes de ensino também tem um conhecimento e uma história da qual se deve partir e não ignorar. É desta forma que no início do governo se compromete por escrito num documento intitulado “Aos que fazem educação conosco em São Paulo” que é publicado como encarte do Diário Oficial do Município (DOM) a dar continuidade às “coisas boas” existentes e a empreender esforços para mudar o que não estivesse funcionando bem. Mas, desde o primeiro momento indica que

⁶ Jânio governou a cidade de São Paulo entre 1986 e 1988. Lembre-se que a ditadura vigente até o início de 1985, quando José Sarney assumiu a presidência, não permitia eleições para prefeitos de capitais, dentre outras cidades, e em novembro de 1985 houve a eleição para um mandato de 3 anos enquanto nas demais cidades os mandatos dos prefeitos eleitos em 1982 foram prorrogados até 1988.

Debates em Educação

mudanças somente após discutir coletiva e democraticamente com a participação de todos/as – educadores/as, pais/mães, funcionários/as, alunos/as e sociedade.

A democratização do acesso e da gestão não pode ser realizada apenas para as crianças “em idade escolar”, mas deve ser para todos/as. Pessoas que não puderam estudar quando crianças devem ser atendidas. Condena as afirmações daqueles/as que dizem ser perda de tempo, pois o país deve olhar para o futuro e este está nas crianças (“papagaio velho não aprende a falar”). Para Paulo Freire o ser humano é histórico, aprende e se constitui ao longo de sua vida toda no desenvolvimento de experiências sociais e culturais: é inconcluso. É pela inconclusão que se justifica a educação e a possibilidade de aprender e durante toda a vida, inclusive na vida adulta. “A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação.” (FREIRE, 2000, p.40). Estas são algumas das justificativas para a eleição da Educação de Jovens e Adultos como uma das prioridades de sua ação de governo como secretário da educação.

Entretanto, defender a educação democrática para todos/as não é o fim do processo, pois com a inclusão de “meninos/as populares” e adultos/as na escola se cria a necessidade de discutir as formas de educar esses novos setores. Assim, ganha força a discussão curricular em torno da qualidade da educação a ser oferecida na/pela escola.

Paulo Freire afirma, então, que a libertação não se faz exclusivamente com a educação ou pela escola, mas que sem a educação e a escola o mundo não pode mudar na direção necessária e desejada pelos oprimidos. Assim deve-se trabalhar para que a escola em que são inseridos/as os/as “meninos/as populares” seja da qualidade adequada aos valores necessários para a transformação de suas realidades – uma qualidade emancipatória.

Levar educação de uma “qualidade emancipatória” para todos/as e fundamentalmente para quem está excluído/a da/na escola (SILVA, 1995) é componente fundamental da teoria e da luta de Paulo Freire. A educação que se

Debates em Educação

pretende democrática em acesso e formas de realização se torna de qualidade quando assume sua componente política e ética de ser efetivamente para todos/as, conforme se pode ver em suas palavras:

Ao sublinhar a importância fundamental da ciência, a educadora progressista deve enfatizar também aos meninos e meninas pobres como aos ricos o dever que temos de permanentemente nos indagar em torno de a favor de quem fazemos ciência. (FREIRE, 2000, p. 45)

O caráter público da educação é que dá conta de seu aspecto inevitavelmente político seja para promover a conscientização que liberta ou para oprimir. A qualidade da educação é também opção política de professores/as que se compreendem e se comportam como intelectuais eticamente engajados nas lutas dos oprimidos que é de todos/as, pois a ampliação da consciência política dos oprimidos cria condições para uma presença ativa no mundo e para a melhoria de sua situação de vida. A qualidade da educação, que é política, é interesse social e a educação só poderá ser de qualidade se for para todos/as, se não houver escolas públicas de primeira, segunda e terceira classe. Tal afirmação é opção política e de politização, de construção de consciência política e preche (como gostava de dizer) de sentido ético. Dito isto me parece importante discutir como se organiza a **escola** democrática que se responsabiliza pela **educação pública** de todos/as.

O Desenho da Escola Democrática⁷

A escola democrática e de qualidade social se constrói a partir de práticas inspiradas em duas idéias muito fortes na obra freireana e que aparecem em Pedagogia da Autonomia: **Não há docência sem discência; Ensinar não é transferir conhecimentos**. Dentro destas idéias aparecem conceitos fundantes da obra freireana e que esclarecem seus princípios ético-políticos: Inédito viável; Dialogicidade;

⁷ Escolhi este subtítulo com a intenção de explicitar uma vez mais o interesse e a ação de Paulo Freire pela Escola Pública, pois alguns insistem em dizer que não a defendia.

Debates em Educação

Autoridade; Esperança; Ser Mais e Conscientização. Proponho discutir alguns desses conceitos no contexto da Pedagogia da Autonomia, pois entendo que nessa obra estão sintetizados princípios fundamentais à atividade docente e à ação militante. Pedagogia da Autonomia é uma “espécie” de testamento educacional-pedagógico⁸.

Ao afirmar que **não há docência sem discência** Paulo Freire significa a própria relação pedagógica de ensinar e aprender destacando-lhe as feições de relação humana que se realiza na troca de saberes entre educador/a e educando/a. Destaca que esta deve se constituir a partir do esforço cotidiano do/a educador/a para que a educação se materialize como “ato político” que constrói sujeitos políticos, ativos socialmente e, portanto, possibilidades para a mudança social. Mas tal tarefa deve se constituir a partir da convicção que emerge da decisão ético/política do/a educador/a que pode ser aprendida metodologicamente nas práticas cotidianas de que “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”.

Educandos/as das classes menos privilegiadas possuem experiências, saberes e conhecimentos construídos através de vivências que podem ser revertidos em ricas bases de ensinamento: compor o currículo. Assim, fazer da escola

...um espaço vivo e democrático... de organização política das classes populares...espaço de ensino-aprendizagem...centro de debates de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria existência (SME-SP, 1989, p. 08).

Tal opção me parece ficar evidente que envolverá também compreender a educação como processo compartilhado e não meramente ato de doação ou transmissão de saberes entre “cultos” e “incultos”, numa expressão: refutar a Educação Bancária. Apesar de se referir especificamente à escola, talvez seja este fazer coletivo que

⁸ Desde que li pela primeira vez Pedagogia da Autonomia (1997) logo após seu lançamento fiquei com a certeza de que Paulo Freire condensara ali de forma simples suas principais reflexões e propostas. Ele mesmo afirmou várias vezes que pretendia escrever um livro acessível a todos/as em sua forma e apresentação; que fosse bem barato para que todos/as os/as educadores/as do país pudessem adquiri-lo. Em virtude disto as primeiras edições foram em papel jornal e custaram aproximadamente R\$3,00. Mais tarde encontro a expressão “livro-testamento” utilizada pelo professor Balduino Andreola da UFRGS na carta prefácio que escreve para Pedagogia da Indignação (2000) e vejo formalmente mais gente analisar a obra desta forma.

Debates em Educação

reconhece a todos/as como seres inteligentes e cognoscentes o maior apelo da obra freireana entre os movimentos populares espalhados pelo mundo, pois ações voluntárias congregadoras dificilmente conseguiriam se organizar sem propostas democráticas e justas em que todos/as são sujeitos políticos e assim se reconhecem.

Entretanto, admitir que educandos/as detêm saberes e que são capazes de aprender tanto como os/as educadores/as e refutar a Educação Bancária não significa destituir o/a educador/a de autoridade ou de suas funções e responsabilidades de educar, mas buscar realizar a educação em outras bases. Esse raciocínio também se aplica às lideranças de movimentos sociais.

Não é possível pensar a educação sem pensar em educadores/as e em educandos/as. Em quem educa e em quem é educado/a. Será que Paulo Freire concebe diferença nesta relação? A esta pergunta a resposta poderá ser sim e não. Será **sim** se considerarmos as funções que ambos/as têm no processo de comunicação que caracteriza a educação, pois ao/a educador/a cabe dominar um conjunto de conhecimentos que o/a credenciam a co-ordenar o processo educativo. Será **não** se considerarmos que ambos/as, educandos/as e educadores/as são seres humanos inacabados e “programados para aprender”, sendo que a educação se realiza na comunicação dialógica dos conhecimentos – “leituras do mundo” – que cada um/a possui anteriormente ao encontro no espaço de “troca cultural” em que se inserem. Então, a autoridade, *grudada* na prática cotidiana, é a geração de condições, pelos sujeitos envolvidos em formação, à disponibilização ao diálogo, à crítica e a trocas, para olhar o mundo além do aparente em determinado momento histórico, do imediato e previsto, guiando movimentos humanos.

Para que isto aconteça, o/a educador/a precisa estar disposto/a a correr riscos, pois sua autoridade advirá do reconhecimento do/a educando/a acerca de seus conhecimentos, inclusive didáticos, e de sua capacidade para aceitar o outro e sua liberdade de conhecer e de ser. Assim, “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 1996, p.39). Tal procedimento significa que o correr risco, aceitar o que é novo, não fazer discriminações quanto ao

Debates em Educação

sexo, raça, cor, leva ao “pensar certo”. A pessoa que pensa certo não transfere, nem deposita, nem oferece nada ao outro e sim o/a desafia para que busque a compreensão.

É, portanto do movimento tenso, da relação dialética entre os saberes do/a educador/a e do/a educando/a e entre a autoridade do educador/a e a liberdade do educando/a que surge a verdadeira autoridade⁹. Importante não esquecer que esta conclusão se aplica também às lideranças populares em movimentos sociais. Também que a posição do/a professor/a mudará e igualmente a relação com o conhecimento, com o que é conhecimento, suas fontes e formas de organização: com o currículo.

Este fazer educativo ético-político não se encontra pronto e acabado e depende de cada situação dialógica concreta para constituir-se. É algo inexistente e objeto da vontade e decisão humana, mas que habita o mundo do possível: é um inédito viável. Talvez esse seja um dos conceitos mais incompreendidos na obra freireana e causa de muitas críticas autóctones ao professor Paulo Freire, mas sua perspectiva é de se trabalhar por transformar o mundo como propôs Marx em Ideologia alemã: “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo (...), o que importa é transformá-lo” (MARX & ENGELS, 1984).

A transformação do mundo passa necessariamente pela ação humana que cotidianamente o constitui enquanto o ser humano se forma. O ser humano é protagonista neste processo de construção de possibilidades, aonde se vai empurrando cada vez mais para longe as “cercas”, os limites, pois a história é produção humana cotidiana. Mas, não se pode adotar atitude conformista ou de

⁹ Apesar de não ser objetivo deste texto (noutro que aguarda publicação discuto esta questão da avaliação em Freire), peço licença para dizer algumas palavras sobre a avaliação no contexto da autoridade do/a professor/a, pois muito se tem dito que com a implementação dos ciclos e da progressão continuada em seu interior o professor perdeu autoridade em virtude de que o/a aluno/a sabe que não será reprovado e, por isso, não haveria mais avaliação. Assim, vale a pena aproveitar o momento para dizer uma palavra sobre o assunto. Na obra freireana encontra-se em vários lugares referências à avaliação como integrante do processo educativo que é dialógico e não linear; a avaliação não está no final do processo, mas nele todo; a avaliação não é instrumento de poder, mas do aprender coletivo; a avaliação é parte integrante do processo de aprendizagem e serve de auxílio à professores/as e alunos/as na regulação das aprendizagens. Avalia-se para aprender e não para punir ou afirmar autoridade.

Debates em Educação

expectador, pois o fazer histórico exige determinação de se perseguir esperançosamente o sonho. A esperança aqui é do verbo “esperançar” e não procede de “esperar”. “Eu espero na medida em que começo a busca, pois não seria possível buscar sem esperança” (FREIRE, 1992, p. 80).

A esperança que se afirma aqui é militante, tanto na escola como no movimento, e depende da consciência que a pessoa tem de seu contexto, possibilidade e limites, mas esta não se imporá pelo simples “estar no mundo” e necessitará ser construída num processo de problematização e de conscientização. Apesar destes conceitos não serem sinônimos aparecem interligados no processo educativo que desvela o real. Por intermédio da problematização se desnaturaliza o cotidiano e o “real vivido” no qual o ser humano comum encontra-se inserido e se pode chegar a conscientização. Assim quero deixar o próprio Paulo Freire falar e explicitar este processo que se constitui ético-político:

Muito bem – disse eu a eles. – Eu sei. Vocês não sabem. Mas o que eu sei e vocês não sabem?

- O senhor sabe porque é doutor. Nós, não.

- Exato, eu sou doutor. Vocês não. Mas, por que eu sou doutor e vocês não?

- Porque foi à escola, tem leitura, tem estudo e nós não.

- Por que fui à escola?

- Porque seu pai pode mandar o senhor à escola. O nosso, não.

- E por que os pais de vocês não puderam mandar vocês à escola?

- Porque eram camponeses como nós.

- E o que é ser camponês?

- É não ter educação, posses, trabalhar de sol a sol sem ter direitos, esperança de um dia melhor.

- E por que ao camponês falta tudo isto?

- Porque Deus quer.

- E quem é Deus?

- É o Pai de todos nós.

Debates em Educação

- E quem é pai aqui nesta reunião?

Quase todos de mãos para cima, disseram que o eram.

Olhando o grupo todo em silêncio me fixei num deles e lhe perguntei: - Quantos filhos você tem?

- Três.

- Você seria capaz de sacrificar dois deles submetendo-os a sofrimento para que o terceiro estudasse, com uma vida boa no Recife? Seria capaz de amar assim?

- Não.

- Se você – disse eu -, homem de carne e osso, não é capaz de fazer uma injustiça desta, como é possível entender que Deus é o fazedor dessas coisas?

Um silêncio diferente, completamente diferente do anterior, um silêncio do qual algo começava a ser partejado. Em seguida: - Não. Não é Deus o fazedor disso tudo. É o patrão. (FREIRE, 1992, p. 25-26)

Veja que o sentido do diálogo problematizador que Paulo Freire mantém com o grupo de trabalhadores rurais pernambucanos se processa não como quem doa ou transmite algum saber, mas como quem sabendo que seus interlocutores são detentores de saberes advindos da experiência busca ajudá-los a constituir a consciência deste saber. Esta “parturição” dos saberes feita à maneira da maiêutica socrática promove o indivíduo, pois lhe respeita enquanto ser humano inacabado, capaz de conhecer mais, “ser mais” e que por isto mesmo pode ser educado. O caráter político deste processo demonstrado não está na conclusão de que os patrões são responsáveis pelo estado de penúria que vivem aqueles trabalhadores rurais, mas no domínio do processo de problematizar o real que pode lhes oferecer elementos para compreender a realidade mais profundamente e constituírem-se sujeitos ético-políticos, o que pressupõe autonomia.

Quando Secretário da Educação da maior cidade brasileira Paulo Freire fazia questão de visitar as regionais da educação denominadas NAEs (Núcleo de Ação Educativa) e passar manhãs ou tardes inteiras pensando/discutindo questões daquela

Debates em Educação

região¹⁰ e sempre utilizando uma metodologia parecida com a demonstrada anteriormente no diálogo com os trabalhadores rurais. As equipes podiam aprender com o Mestre a refletir sobre os problemas das escolas e dos movimentos de educação presentes na região. É mais uma vez sua luta pela coerência entre falar e fazer, teoria e prática, que eticamente se impõe como “pedagogia do exemplo” no fazer político de educador e homem público que se pode constatar.

Diante disto se torna possível trabalhar conceitualmente com uma das expressões mais caras ao pensamento freireano que é a idéia de emancipação, presente no conceito de “Pedagogia do Oprimido”.

Pensar o processo de emancipação dos oprimidos significa buscar opções para que possam superar pela ação consciente a situação, o “real vivido” no qual se encontram “imersos”. Este processo de superação do existente constrói alternativas e pode, promovendo a pessoa, levá-la a “ser mais”. Este conceito, lembro, é construção coletiva e abrange tanto educadores/as quanto educandos/as como afirma a “Carta de Nova Iguaçu”, construída durante a realização do fórum mundial de educação: “Defendemos a educação como possibilidade efetiva para nos transformarmos em pessoas melhores.” <http://www.unisantos.br/catedra/>

Trabalhar pela emancipação da pessoa oprimida passa necessariamente por concebê-la como ser humano incompleto, como também o sou e, portanto, capaz de superar seu estágio atual. O conceito de “ser mais” oferece para a educação justificação e espaço para atuar, pois se não se pode ser mais e diferente do que são no hoje da história não se pode ser educado/a e a ação educativa perde sentido.

Entretanto, é fundamental compreender que “educandos/as e educadores/as se promovem como seres humanos em comunhão”, ambos só podem ser mais do que são no hoje histórico porque a relação educativa é de troca. Este conceito é fundamental à esperança que Paulo Freire enumera como uma das características

¹⁰ Cada NAE se responsabilizava por um conjunto de escolas que variava de 60 a 90 unidades de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, denominado à época de Primeiro Grau.

Debates em Educação

imprescindíveis ao/à educador/a que se pretende comprometido com a justiça e a fraternidade, características de quem não se conforma com o estado de coisas e busca agir em favor de sua transformação. A esperança de que fala, lembro, não advém do ato paciente de esperar, mas do ato de quem sonha com novos horizontes e trabalha para tornar este sonho realidade, trabalha para construir o novo, o “inédito viável”. Pois, o futuro não é uma inexorabilidade, mas obra histórica da ação humana.

Neste sentido Paulo Freire compreende inclusive que seu pensamento não está pronto, mas que carece de aperfeiçoamentos e releituras à luz de diferentes realidades, assim como inacabado é o ser humano. Os/as freireanos/as tem continuado a sua obra, promovido releituras, pesquisas e construído novas possibilidades de alcance para suas idéias. Diversos movimentos por todo o mundo têm criado instituições para a realização deste trabalho¹¹. De quando em quando alguma congregação é promovida e se reafirmam idéias bem como disposição de seguir na luta, como aparece na carta de São Paulo:

I – Colocarnos à disposição das lutas das vítimas de todas as formas de opressão e exclusão, em todas as formações sociais do Planeta, potencializando, tudo fazendo para, através do diálogo e da ação solidária, reconhecer-lhes voz e vez, no sentido da promoção de sua participação nos processos decisórios e na implementação de políticas que busquem a inclusão de todos na cidadania crítica. (Carta de São Paulo <http://www.unisantos.br/catedra/>).

No segundo ponto de minha proposta está considerar a afirmação “ensinar não é transferir conhecimento” aonde Freire questiona a utilização do conceito de educação como: “transmissão” de conhecimento de um “sujeito ativo”, “superior” que estende um determinado “conteúdo” que possui e o leva por meio da “doação” a seres cuja “inferioridade” é pressuposta, praticando certo “messianismo” caridoso. Tal

¹¹ Nita faz um levantamento numa espécie biografia de Paulo Freire escrita por Ela, das cátedras, institutos, centros, sítios etc espalhados pelo mundo e que se destinam a discutir, continuar e recriar a obra. Posso assegurar que são milhares.

Debates em Educação

prática acaba por garantir que as pessoas “objeto” da educação sintam-se devedoras aos/às bondosos/as doutores/as, professores/as e líderes.

É este processo que vem sendo questionado pelo “movimento freireano”, que liga o sentido mesmo da escola à sua função social de difusão/produção de conhecimento e organização de grupos que buscam alteração do “status quo” e do nível de acesso ao conhecimento.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção e construção” e “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. A UNIFREIRE observará os seguintes princípios: aprender precede a ensinar e ensinar se dilui na experiência fundante de aprender; não se ensina apenas conteúdos, mas a aprender, isto é, a pensar certo; pensar certo é estar sempre em dúvida com as próprias certezas, a partir da observação do mundo; a curiosidade ingênua deve ser substituída pela curiosidade epistemológica. (Carta de Bologna <http://www.unisantos.br/catedra/>)

Tais constatações requerem mudanças nas formas de compreender a relação entre o educador/a que “passa” um determinado conhecimento e o/a educando/a que o recebe. A alternativa, que se constitui também alternativa desta situação problemática é o estabelecimento do diálogo. Vez que “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1987, p.68). Pois a educação é uma forma de intervenção no mundo, vez que somos seres capazes de observar, comparar, avaliar, escolher, decidir e principalmente interferir.

Para tanto, é preciso aprender a escutar para aprender a falar mais com e menos aos demais. Escutar é estar aberto, disponível em escuta para a fala, para o gesto e para as diferenças do outro. Quando o/a professor/a ou liderança comunitária respeita as diferenças existentes entre os indivíduos e ele/a mesmo/a, quando há coerência entre o que faz e o que diz, surge o encontro entre ambos.

A expressão “via de mão dupla” tem sido muito usada para designar a troca que deve acontecer na comunicação entre sujeitos de conhecimento, mas ela não me parece muito adequada por sua relação com as regras de trânsito. Se observarmos

Debates em Educação

bem nas vias de mão dupla se tem uma faixa no meio que divide os espaços que cada veículo circular para que não haja encontros, pois são indesejáveis e colocam em risco a integridade dos ocupantes dos veículos. Não é o que se verifica no processo de comunicação entre sujeitos que pretendem ensinar-aprender em conjunto, aí o encontro é desejado e se não houver intersecção, se houver uma linha dividindo o lado de cada sujeito o processo não se efetiva. Então, quando falamos de “via de mão dupla” estamos nos referindo ao processo de comunicação (diálogo) e neste é imprescindível o encontro tenso entre os saberes e os sujeitos que sabem, ensinam e aprendem em situações de troca, em cooperação entre iguais em dignidade e direitos e diferentes em saberes e responsabilidades.

As equipes dos NAEs que tiveram a oportunidade de participar com Paulo Freire por dois anos, entre 1989 e 1991¹², das reuniões que relatei puderam experienciar que é na convicção do saber algo no ignorar algo, que se une com a certeza que se pode melhorar o que já se sabe e conhecer o que não se sabe. É o diálogo que se inicia e em Freire se constitui categoria fundamental. Ele é que promove o/a educando/a, o/a faz compreender-se como “falante”, pois tem algo de importante a dizer, senão conclusivo, que ajuda na procura do saber. Isso exige que o/a educador/a esteja consciente e coerente com este saber e que é no processo dialógico que isto pode acontecer

O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Esse encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. (FREIRE, 1988 p. 43).

A postura dialógica é respeitosa, pressupõe aceitação do outro e é profundamente ética. As implicações destas opções para o currículo parecem ficar cada vez mais claras, pois indicam para a criação e a recriação curricular no processo mesmo da ação-reflexão-ação. A proposta gestada com a coordenação de Paulo Freire

12 Após formar a equipe, organizar o programa e dar início aos projetos Paulo Freire transfere à sua equipe a responsabilidade de continuar o trabalho sob a coordenação do Prof. Mario Sérgio Cortella que era seu chefe de gabinete.

Debates em Educação

para a educação na rede municipal de São Paulo propõe que as equipes dos NAEs se reúnam com os/as educadores/as das unidades escolares divididos em grupos segundo as funções que desempenham e no coletivo para investir na formação permanente destes/as. Assim, a metodologia pode chegar à escola e se indica e se podem criar mecanismos que busquem favorecer sua chegada à sala de aula.

A fim de preparar o caminho para a finalização deste texto quero, sem fugir do caráter depoimento reflexivo que tentei empreender ao mesmo, relatar mais uma experiência envolvendo Paulo Freire. Desde que voltou do exílio até sua morte atuou como professor no programa de pós-graduação em Educação (Currículo) da Pontifícia Universidade de São Paulo aonde lecionou, orientou e desenvolveu pesquisas. O fato que relato agora ocorreu quando Ele coordenava um Núcleo de Estudos e Pesquisas que congregava de 20 a 30 (variava segundo o semestre) alunos/as de mestrado, doutorado e alguns convidados – as discussões não eram fechadas. As reuniões ocorriam as terças das 14 as 17 (mais uma vez) e ali pude constatar, como mestrando, a capacidade de Paulo Freire caminhar junto com o/a aluno/a, dialogar sem tolher-lhe a voz, a vez e suas hipóteses, para clarear teórica e metodologicamente o problema da pesquisa que ele/a se propunha realizar. Como disse certa vez uma amiga: conseguia colocar luz e fazer aparecer o que de bom havia – as “pérolas” – escondidas no lodo de nossa confusão de pesquisadores/as em formação, conseguia explicitar o melhor de nós. A propósito vale a pena lembrar que certa vez num desses encontros uma aluna disse que seus sentimentos eram de que sua dissertação já em fase final de escrita era “rasgável” e Paulo lhe disse que já produzira um livro que ao escrevê-lo também o considerava rasgável e o abandonou, mas depois de certo tempo o retomou, viu após distanciar-se do mesmo que havia problemas, mas muitas coisas boas e o fez publicar. O livro fazia então grande sucesso com traduções em várias línguas. Não preciso dizer que a mestranda defendeu sua dissertação e teve boa acolhida pela banca.

Debates em Educação

Considerações finais

Neste texto busquei trabalhar questões relativas à minha experiência que não é puramente pessoal, mas envolve alguns fatos e processos componentes da história recente de construção democrática por que passou o país e, especialmente a educação, até chegar ao momento atual. Gostaria de escrever mais e de aperfeiçoar o que aqui consegui registrar, mas o tempo e mesmo meu limite de reflexão no momento impedem, assim peço ao/à leitor/a compreensão com o tom pessoal e de quase-conversa, bate-papo que, acredito, a ele empreendi.

Sei que vários/as dos/as que se dignarem a ler estes escritos podem ter tido experiências de convivência com Paulo Freire e talvez se encorajem a relatar, a tornar públicas para que possamos testemunhar o teórico humano e o homem profundamente reflexivo que foi.

Paulo Freire é intelectual amoroso, comprometido, lutador indignado, mas generosamente desprendido que pensa a educação dos/as “meninos populares” na escola, mas também na educação dos/as filhos/as nesta sociedade em mudança. Que fala aos/às professores/as como em “Pedagogia da Autonomia”, mas também aos/às pais/mães como em “Pedagogia da Indignação” que escrevia quando foi chamado do concurso celeste e foi lecionar noutra dimensão. Que busca promover os/as educandos/as com que tem contato. Vejamos o que uma de suas últimas cartas diz quando reflete com pais e mães sobre ética e coerência, tema central deste texto:

É preciso testemunhar a nossos filhos que é possível ser coerente, mais ainda, que ser coerente é um final de inteireza de nosso ser. Afinal a coerência não é um favor que fazemos aos outros, mas uma forma ética de nos comportar. Por isso, não sou coerente para ser compensado, elogiado, aplaudido. (FREIRE, 2000, p. 45)

A obra freireana continua a coerentemente servir de inspiração ético-política à práticas progressistas e revolucionárias espalhadas pelo mundo afora. Não importa

Debates em Educação

se na educação que se realiza na escola, no movimento popular, noutros espaços públicos ou em casa: Paulo Freire vive!

Referências

CARTA DE BOLONHA. Disponível em: <http://www.unisantos.br/catedra/>. Acesso em abril de 2009.

CARTA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.unisantos.br/catedra/>. Acesso em abril de 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**, São Paulo, Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

MARX, K. & ENGELS, F. [1845-1846], **A Ideologia Alemã**, Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, 4ª. Edição, São Paulo, Ed. Hucitec, 1984.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (SME-SP)– PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, **Aos Que Fazem a Educação Conosco em São Paulo**, Diário Oficial do Município - Suplemento, 34 (021), 1º. de Fevereiro, 1989.

SILVA, I.M., **Conselhos Tutelares e Educação: Um Caminho para Reverter a Exclusão Escolar**, 1995, 178 p. Dissertação (Mestrado em Educação: Supervisão e Currículo) PUC. São Paulo.